



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 146/2025

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE SOM ALTO EM BARES, RESTAURANTES, BOATES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES LOCALIZADOS NUM RAIO DE ATÉ 200 (DUZENTOS) METROS DE IGREJAS E TEMPLOS RELIGIOSOS, DURANTE A REALIZAÇÃO DE CULTOS, MISSAS E DEMAIS CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal do Município de Conselheiro Lafaiete, decreta:

Art. 1º - Fica proibido o uso de som alto, música ao vivo, aparelhos de som mecânico, ou qualquer outro equipamento sonoro, por bares, restaurantes, boates, casas de eventos e estabelecimentos similares, localizados num raio de até 200 (duzentos) metros de igrejas, templos ou locais de culto religioso, durante o horário de realização de missas, cultos e demais celebrações religiosas.

Art. 2º - Considera-se som alto, para os efeitos desta Lei, aquele que ultrapasse os limites de ruído estabelecidos pela norma da ABNT NBR 10.151/2019, ou outra que venha a substituí-la, bem como pelos regulamentos municipais de controle de poluição sonora.

Art. 3º - Para fins de fiscalização e cumprimento desta Lei:

I – As igrejas, templos e demais entidades religiosas poderão comunicar previamente ao órgão municipal competente os dias e horários de suas celebrações;

II – A fiscalização caberá aos órgãos municipais responsáveis pelo controle de ruídos e pela vigilância urbana;

III – A constatação de infração poderá ocorrer mediante medição técnica ou por constatação direta do agente fiscalizador.

Art. 4º - O descumprimento desta Lei acarretará ao infrator as seguintes sanções:

I – Advertência, na primeira ocorrência;

II – Multa de 10 (dez) UFM em caso de reincidência;



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

III – Em caso de reiteração, poderá ser aplicada a suspensão do alvará de funcionamento por até 30 (trinta) dias;

IV – Persistindo o descumprimento, poderá haver cassação definitiva do alvará.

Art. 5º - A aplicação das penalidades previstas nesta Lei não afasta a incidência de outras sanções administrativas, civis ou penais cabíveis.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

VEREADOR JOÃO PAULO FERNANDES RESENDE



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo assegurar o respeito à liberdade de culto, direito fundamental previsto no art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal, e garantir que as celebrações religiosas possam ocorrer sem interferências externas indevidas, notadamente de ruídos produzidos por bares, boates e outros estabelecimentos similares.

É fato notório que em muitas localidades, templos e igrejas convivem próximos de bares e casas de eventos, e, durante os horários de culto, o som excessivo prejudica a concentração, o ambiente de oração e o pleno exercício da fé.

O projeto não tem o intuito de prejudicar a atividade econômica, mas de harmonizar o convívio urbano e o respeito mútuo entre diferentes espaços de uso coletivo. O limite de 200 metros é razoável e já adotado em diversas legislações municipais análogas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposição.

SALA DAS SESSÕES, 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

VEREADOR JOÃO PAULO FERNANDES RESENDE